



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO DE 2025



Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAOF
Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Setorial Contábil

PRESIDENTE

Des. Sebastião Ribeiro Martins

DIRETORA-GERAL

Silvani Maia Resende Santana

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

José Alves Siqueira Filho

COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Joaquim Francisco de Almeida Filho

SETORIAL CONTÁBIL

Fabiano Rodrigues Mendonça Miranda

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	2
INFORMAÇÕES GERAIS E NOTAS EXPLICATIVAS	3
Balanco Patrimonial	5
Quadro de Ativo e Passivos Financeiros e Permanentes	6
Quadro de Compensações	6
Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Balanco Patrimonial	6
NE 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa	7
NE 02 – Créditos a Curto Prazo	7
NE 03 – Estoques	8
NE 04 – Bens Móveis	8
NE 05 – Depreciação Acumulada de Bens Móveis	9
NE 06 – Bens Imóveis	10
NE 07 – Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	11
NE 08 – Intangível	12
NE 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a pagar de curto prazo	13
NE 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo	13
NE 11 – Demais Reservas	14
NE 12 – Ajustes de Exercícios Anteriores	14
NE 13 – Atos Potenciais Ativos	14
NE 14 – Atos Potenciais Passivos	15
NE 15 – Déficit Financeiro	15
Demonstração das Variações Patrimoniais	15
NE 01 – Transferências Intragovernamentais Recebidas	16
NE 02 – Ganhos com Alienação	17
NE 03 – Ganho com Incorporação de Ativos	17
NE 04 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17
NE 05 – Variações Patrimoniais Diminutivas	17
NE 06 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17
NE 07 – Transferências e Delegações Concedidas	17
NE 08 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17
Balanco Orçamentário	18
Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados	18
Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	19
NE 01 – Déficit total	19
NE 02 – Dotação Atualizada	19
NE 03 – Saldo de Dotação	20
NE 04 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados	20
Balanco Financeiro	20
NE 01 – Sub-repasse Recebido	21
NE 02 – Inscrição dos Restos a Pagar	21
NE 03 – Outros Recebimentos Extraorçamentários	21
Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
NE 01 – Ingressos	22
NE 02 – Ingressos Extraorçamentários	22
NE 03 – Arrecadação de Outra Unidade	23
NE 04 – Desembolsos Operacionais	23
NE 05 – Encargos Especiais	23
NE 06 – Fluxo Líquido das Atividades e Geração Líquida de Caixa	24
NE 07 – Caixa e Equivalentes de Caixa Final	24

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025 – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Teresina-PI, 17 de março de 2026

Fabiano Rodrigues Mendonça Miranda
CRC-PI 008392/O
Contador responsável

Informações Gerais e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) foram elaboradas em conformidade com as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 10.180/2001, do Decreto nº 6.976/2009, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição, bem como das orientações expedidas pela SOF/TSE e demais normativos aplicáveis ao exercício. Os principais critérios e políticas contábeis adotados estão evidenciados nas notas explicativas específicas de cada demonstrativo. As demonstrações são apresentadas em reais (R\$).

As demonstrações refletem a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como as variações patrimoniais do TRE-PI (Unidade Gestora 070006), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. As informações foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e organizadas de modo a evidenciar, com clareza e utilidade, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, em apoio à transparência, à prestação de contas e à tomada de decisão.

O TRE-PI, com sede em Teresina-PI, integra a Justiça Eleitoral, órgão do Poder Judiciário da União, e exerce, no âmbito do Estado do Piauí, as competências definidas na legislação eleitoral, sob a coordenação, orientação e acompanhamento do Tribunal Superior Eleitoral. Para o desempenho de suas atividades institucionais, utiliza recursos consignados no Orçamento da União.

Desde 2021, vêm sendo realizados procedimentos de revisão, regularização, correção e aprimoramento de registros e saldos contábeis, com reflexos na qualificação progressiva das informações patrimoniais, orçamentárias e financeiras do Tribunal. Tais medidas contribuíram para o aperfeiçoamento da consistência, da transparência e da aderência das demonstrações contábeis apresentadas no exercício de 2025.

Registra-se, ainda, que os ajustes e regularizações contábeis que vêm sendo promovidos estão sendo realizados em contexto de estrutura técnica reduzida da área responsável.

Conforme relatado nos trabalhos de auditoria realizados no exercício, não foram identificadas distorções ou desconformidades relevantes com potencial de comprometer materialmente a adequada apresentação das demonstrações contábeis de 2025.

Ressalta-se, por fim, que o TRE-PI não possui arrecadação de receitas para o custeio de suas atividades ordinárias, razão pela qual suas despesas são suportadas por sub-repasses financeiros provenientes da Conta Única do Tesouro Nacional. Na análise comparativa com o exercício anterior, devem ser consideradas as particularidades do período examinado e o comportamento da execução orçamentária no contexto institucional da Justiça Eleitoral.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		15.227.734,22	11.808.215,51	PASSIVO CIRCULANTE		6.939.507,92	8.217.191,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	9.413.438,34	6.996.729,52	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9	1.440.757,39	865.047,46
Créditos a Curto Prazo	2	2.156.949,98	721.596,81	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10	3.101,07	-
Créditos de Transferências a Receber		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		5.495.649,46	7.352.144,16
Demais Créditos e Valores		2.156.949,98	721.596,81				
Demais Créditos e Valores		2.156.949,98	721.596,81				
Estoques a Curto Prazo	3	3.657.345,90	4.089.889,18				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		135.743.964,59	128.998.506,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Imobilizado		126.064.985,98	119.844.318,60	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		6.939.507,92	8.217.191,62
Bens Móveis		58.669.580,50	63.596.308,62	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis	4	96.047.615,49	94.788.854,09	ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	5	-37.378.034,99	-31.192.545,47	Patrimônio Social e Capital Social	11	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Bens Imóveis		67.395.405,48	56.248.009,98	Reservas de Capital		-	-
Bens Imóveis	6	68.180.369,17	56.969.949,84	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	7	-784.963,69	-721.939,86	Reservas de Lucros		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Demais Reservas	12	17.836.722,73	5.493.044,89
Intangível	8	9.678.978,61	9.154.188,02	Resultados Acumulados		126.195.468,16	127.096.485,62
Softwares		9.678.978,61	9.154.188,02	Resultado do Exercício		1.488.861,68	14.354.498,12
Softwares		9.678.978,61	9.154.188,02	Resultados de Exercícios Anteriores		127.096.485,62	117.039.552,61
				Ajustes de Exercícios Anteriores		-2.389.879,14	-4.297.565,11
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO ATIVO		150.971.698,81	140.806.722,13	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		144.032.190,89	132.589.530,51
						150.971.698,81	140.806.722,13

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024	ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
ATIVO FINANCEIRO ATIVO PERMANENTE		9.413.438,34	6.996.729,52	PASSIVO FINANCEIRO		13.913.272,58	14.600.995,81
		141.558.260,47	133.809.992,61	PASSIVO PERMANENTE		200.463,74	761.820,73
				SALDO PATRIMONIAL		136.857.962,49	125.443.905,59

QUADRO DE COMPENSAÇÕES							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		3.998.322,15	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	14	114.645.079,34	53.768.533,78
Atos Potenciais Ativos	13	3.998.322,15	-	Atos Potenciais Passivos		114.645.079,34	53.768.533,78
Garantias e Contragarantias Recebidas		3.998.322,15	-	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros		-	-	Obrigações Conveniadas e Outros		8.067,16	8.067,16
Instrumentos Congêneres		-	-	Instrumentos Congêneres		114.637.012,18	53.760.466,62
Direitos Contratuais		-	-	Obrigações Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL		3.998.322,15	-	TOTAL		114.645.079,34	53.768.533,78

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL						
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO					
Recursos Não Vinculados						-4.499.834,24
Recursos Vinculados						-
Previdência Social (RPPS)						-
TOTAL	15					-4.499.834,24

O Balanço Patrimonial evidencia a posição patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí em 31/12/2025, segregando ativo e passivo em circulante e não circulante, o patrimônio líquido e, em quadro próprio, os atos potenciais registrados em contas de controle, conforme o PCASP/MCASP e as NBC TSP.

Considerando as características da Justiça Eleitoral, a execução das despesas do TRE-PI é financiada, predominantemente, por limites financeiros e sub-repasses descentralizados pelo órgão central (TSE), com origem no Tesouro Nacional, em função da programação orçamentária aprovada, o que afeta a dinâmica de disponibilidades de caixa, restos a pagar e obrigações de curto prazo.

Seguem as Notas Explicativas para facilitar a compreensão do demonstrativo e destacando seus principais pontos:

1. Caixa e Equivalentes de Caixa - evidencia as disponibilidades financeiras do TRE-PI em 31/12/2025, totalizando R\$ 9.413.438,34, compostas por recursos de livre disponibilidade para custeio e investimentos e valores com restrição de uso imediato.

Na Justiça Eleitoral, tais recursos decorrem, principalmente, de limites financeiros e sub-repasses descentralizados pelo TSE, com origem no Tesouro Nacional, vinculados à execução do orçamento aprovado, incluindo limites destinados ao pagamento de Restos a Pagar (exceto os relativos a pessoal, quando aplicável).

A partir de 2024, em atendimento ao Acórdão TCU nº 2717/2023, passou a integrar esse grupo o saldo da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, destinada exclusivamente à cobertura de obrigações trabalhistas e previdenciárias vinculadas a contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Em 31/12/2025, o saldo dessa conta totalizou R\$ 1.997.106,85, classificado como disponibilidade com restrição de movimentação.

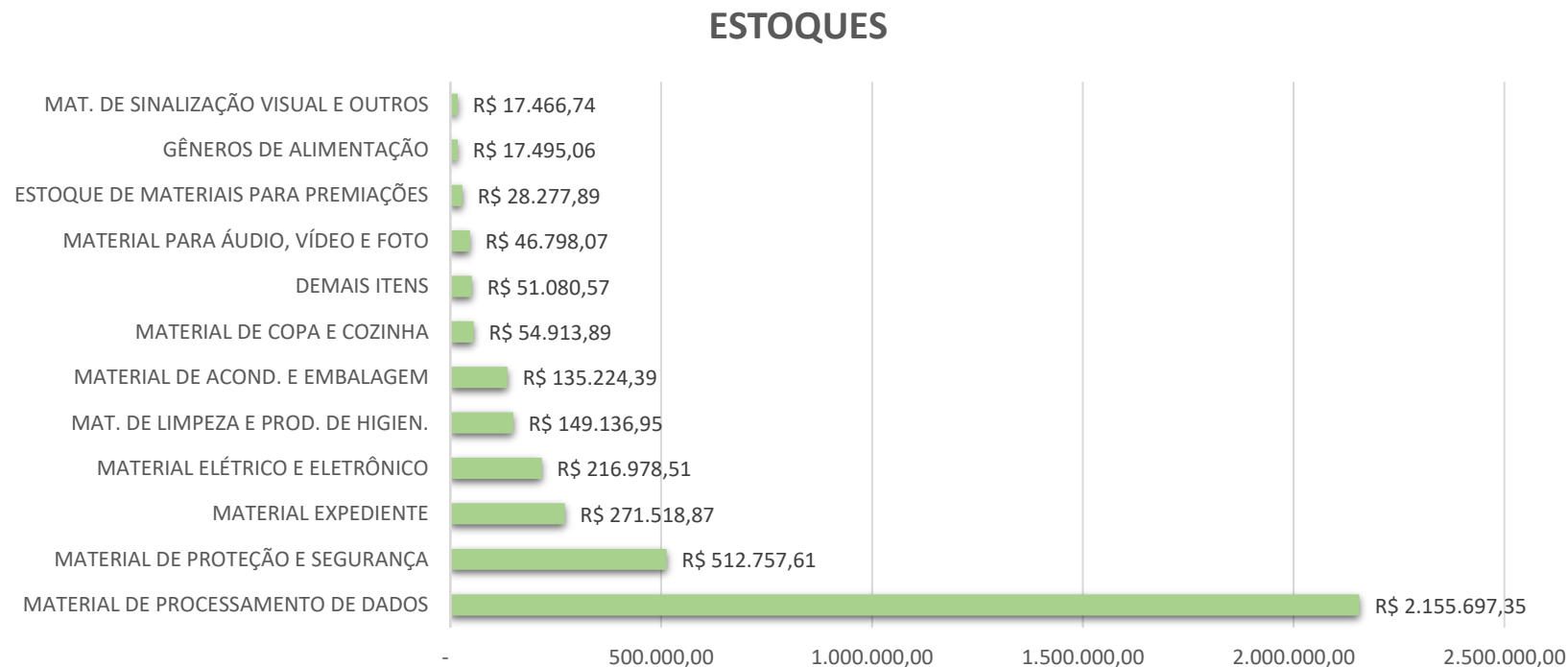
A composição do caixa por fonte/destinação de recursos, bem como a conciliação com os demonstrativos fiscais (Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar), consta no [Relatório de Gestão Fiscal disponibilizado no Portal da Transparência do TRE-PI](#).

2. Créditos a Curto Prazo - apresenta os valores realizáveis nos próximos doze meses. Destacam-se os valores mais relevantes abaixo:

Créditos a Curto Prazo



3. Estoques - representa os bens de consumo destinados à manutenção das atividades administrativas e eleitorais do Tribunal. São mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Os itens mais relevantes estão discriminados no quadro abaixo:



4. Bens Móveis - Compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, avaliados pelo seu custo de aquisição, com exceção dos bens das classes de veículos e de máquinas e equipamentos energéticos, que são mensurados pelo método de reavaliação, atendendo à Resolução TRE-PI Nº 479/2024, que prevê avaliação anual da necessidade de atualização dos valores das duas classes. No exercício, a reavaliação ocorrida foi registrada em contrapartida à Reserva de Reavaliação de Bens Móveis, conforme detalhado na NE 11. O procedimento foi realizado por comissão, composta por 5 (cinco) servidores designados pelo Des. Presidente. A comissão, em seu laudo, emitido em 23/12/2025, constatou que apenas os bens pertencentes à conta 12311.05.03 (veículos de tração mecânica) sofreu variação significativa em seu valor. O valor justo dos bens reavaliados foi estimado com base em referências observáveis de mercado, notadamente os preços médios divulgados mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), resultando em um aumento de R\$ 1.478.064,27 no valor dos bens reavaliados.

Verifica-se ainda que os bens de informática representam a parcela mais significativa dos bens (83%). A predominância desse grupo reflete a contínua necessidade de atualização da infraestrutura tecnológica, essencial para a execução das atividades finalísticas da Justiça Eleitoral, especialmente no que se refere ao processamento eleitoral, segurança da informação e suporte aos sistemas corporativos.

Em 2025, houve um incremento de 1,33% (R\$ 1.258.761,40) em relação ao exercício anterior.

Apresentamos abaixo ordenados em ordem decrescente e variação em comparação ao exercício anterior (Análise Horizontal):

BENS MÓVEIS	2025	2024	AH%
123110102 - APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	186.056,45	325.304,69	-42,81%
123110105 - EQUIP. PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO	237.266,08	239.571,44	-0,96%
123110107 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	978.429,74	1.175.016,12	-16,73%
123110108 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	447.909,54	438.621,54	2,12%
123110125 MAQ. UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	669.805,67	662.311,02	1,13%
DEMAIS BENS	239.692,36	205.578,15	16,59%
123110201 EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	79.630.393,98	78.320.799,27	1,67%
123110301 APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.162.682,69	1.800.049,46	20,15%
123110302 MAQ. INST. UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	2.393,88	2.867,13	-16,51%
123110303 MOBILIÁRIO EM GERAL	4.614.377,94	4.507.857,16	2,36%
123110402 COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	269.078,67	258.462,30	4,11%
123110403 DISCOTECAS E FILMOTECAS	40,00	40,00	0,00%
123110405 EQUIPAMENTOS P/ AUDIO VIDEO E FOTO	1.019.203,49	1.046.297,93	-2,59%
123110406 OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	11.932,29	10.252,29	16,39%
123110501 VEICULOS EM GERAL	273.170,67	268.072,05	1,90%
123110503 VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	4.358.238,62	4.945.821,50	-11,88%
123110801 ESTOQUE INTERNO	398.102,20	-	100,00%
123110900 ARMAMENTOS	50.760,00	50.760,00	0,00%
123119907 BENS NÃO LOCALIZADOS	251.252,45	281.194,90	-10,65%
123119909 PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	246.828,75	249.977,12	-1,26%
123119910 MATERIAL DE USO DURADOURO	0,02	0,02	0,00%
TOTAL	96.047.615,49	94.788.854,09	1,33%

5. Depreciação - Consiste em registrar a redução do valor dos bens do imobilizado que possuem vida útil limitada, refletindo o reconhecimento sistemático do desgaste e da perda de potencial de serviço dos ativos ao longo do tempo.

Esse registro é feito em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com as orientações da Macrofunção SIAFI 020330, além das diretrizes do TSE.

A metodologia de cálculo adotada é a das cotas constantes, também conhecida como método linear. A vida útil e valor residual utilizados são os previstos no Manual SIAFI, com exceção das urnas eletrônicas, classificadas como equipamento de processamento de dados, cuja vida útil estimada é de 10 anos - diferente do estipulado no referido manual para itens da mesma natureza, conforme padronização do TSE.

Destaca-se que no exercício começaram a ser transferidos para a conta Estoque de Material os bens adquiridos e que aguardam temporariamente destinação para uso. Anteriormente eram transferidos imediatamente para suas contas patrimoniais, onde começam a ser depreciados, mesmo antes do uso.

Informa-se ainda que, ao final do exercício, o saldo de Depreciação encontra-se conciliado com o constante no Sistema de Controle Patrimonial - Asiweb, tendo os ajustes sido feitos em contrapartida à conta Ajuste de Exercícios Anteriores e detalhados na NE 12.

6. Bens Imóveis - No TRE-PI, os imóveis são inicialmente reconhecidos com base no valor de aquisição ou construção, ficando sujeitos à depreciação. Atualmente, há 15 imóveis registrados na Secretaria do Patrimônio da União, sendo que no exercício ocorreu a regularização do imóvel onde funciona o Cartório Eleitoral de São João do Piauí e a reavaliação de 8 (oito) imóveis: Batalha, Campo Maior, Luís Correia, Oeiras, Paulistana, Picos, Piracuruca e São Raimundo Nonato, conforme demonstrado no quadro abaixo:

IMÓVEIS DO TRE-PI CADASTRADOS NO SPIUNET					
IMÓVEL	RIP UTILIZAÇÃO	2024	REAVALIAÇÃO	2025	CONTA SIAFI
		45.806.009,24		58.104.041,73	
BATALHA	1029 00004.500-8	277.284,19	1.262.864,58	1.540.148,77	EDIFÍCIOS
CAMPO MAIOR	1043 00027.500-9	317.000,00	1.902.712,30	2.219.712,30	EDIFÍCIOS
CORRENTE	1057 00008.500-5	12.000,00	-	12.000,00	TERRENOS
LUIS CORREIA	1113 00007.500-4	87.379,41	1.025.757,05	1.113.136,46	EDIFÍCIOS
OEIRAS	1139 00028.500-2	771.678,51	961.507,65	1.733.186,16	EDIFÍCIOS
PAULISTANA	1155 00017.500-4	676.333,76	831.270,71	1.507.604,47	EDIFÍCIOS
PICOS	1159 00029.500-2	742.604,34	2.298.232,30	3.040.836,64	EDIFÍCIOS
PIRACURUCA	1165 00012.500-4	138.606,45	1.242.286,89	1.380.893,34	EDIFÍCIOS
SÃO RAIMUNDO NONATO	1211 00024.500-7	70.000,00	1.340.982,09	1.410.982,09	EDIFÍCIOS
SEDE	1219 00063.500-5	10.712.434,44	-	10.712.434,44	EDIFÍCIOS
ANEXO I - SEDE	1219 00086.500-0	659.647,59	-	659.647,59	EDIFÍCIOS
ANEXO II - SEDE	1219 00087.500-6	5.589.044,89	-	5.589.044,89	TERRENOS

FORUM DA CAPITAL	1219 00414.500-2	21.363.593,07	-	21.363.593,07	EDIFÍCIOS
ARQUIVO CENTRAL	1219 00062.500-0	4.388.402,59	-	4.388.402,59	EDIFÍCIOS
SÃO JOÃO DO PIAUÍ	1199 00027.500-0	-	-	1.432.418,92	EDIFÍCIOS
IMÓVEIS DO TRE-PI NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET					
IMÓVEL	RIP UTILIZAÇÃO	2024	DESTINAÇÃO	2025	STATUS
		10.599.597,04		10.076.327,44	
ANEXO II - SEDE - BENFEITORIAS	NÃO CADASTRADO	6.561.563,84	EDIFÍCIO	6.561.563,84	FALTA BENFEITORIA
PARNAÍBA	NÃO CADASTRADO	242.212,91	EDIFÍCIO	242.212,91	EM REGULARIZAÇÃO
PIRIPIRI	NÃO CADASTRADO	253.790,73	EDIFÍCIO	253.790,73	EM REGULARIZAÇÃO
PEDRO II	NÃO CADASTRADO	330.519,35	EDIFÍCIO	330.519,35	EM REGULARIZAÇÃO
CASTELO DO PIAUÍ	NÃO CADASTRADO	592.100,52	EDIFÍCIO	592.100,52	EM REGULARIZAÇÃO
CORRENTE - BENFEITORIAS	NÃO CADASTRADO	219.921,99	EDIFÍCIO	219.921,99	FALTA BENFEITORIA
FLORIANO	NÃO CADASTRADO	247.202,94	EDIFÍCIO	247.202,94	EM REGULARIZAÇÃO
URUÇUI	NÃO CADASTRADO	401.760,42	EDIFÍCIO	401.760,42	EM REGULARIZAÇÃO
ÁGUA BRANCA	NÃO CADASTRADO	610.098,42	EDIFÍCIO	610.098,42	EM REGULARIZAÇÃO
BOM JESUS	NÃO CADASTRADO	590.802,82	EDIFÍCIO	590.802,82	EM REGULARIZAÇÃO
CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	NÃO CADASTRADO	26.353,50	EDIFÍCIO	26.353,50	EM DEVOLUÇÃO
SÃO JOÃO DO PIAUÍ	NÃO CADASTRADO	523.269,60	EDIFÍCIO	-	REGISTRADO NO SPIUNET EM 2025
FONTE: SPU, Planilha SEAPT e SIAFI		56.405.606,28		68.180.369,17	

Além dos imóveis acima, registra-se que há em contas de controle - contabilizado como Ativo Contingente - um imóvel em Picos, objeto de disputa judicial no valor histórico de R\$ 62.800,00.

Destaca-se também que o Plano de Ação " Regularização de Imóveis juntos ao SPIUnet" está em vigor, com previsão de conclusão até o final de 2027.

No exercício também foi regularizado o saldo de R\$ 564.343,56 na conta de Instalações do imóvel onde funciona o cartório eleitoral de Picos, que foi reavaliado.

7. Depreciação Acumulada de Bens Imóveis - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

No TRE-PI, atualmente, apenas os imóveis devidamente registrados na SPU foram depreciados. Todos os imóveis pendentes de registro na SPU estão com processo em trâmite naquele órgão para regularização. Destaca-se que a Administração entendeu que, por haver Plano de Ação com previsão de conclusão em 2027, não

seria razoável efetuar a depreciação manual dos imóveis ainda não registrados na SPU, tendo em vista que seus valores estão defasados, desatualizados, o que resultaria em registros imprecisos, baseados em informação que não refletiria a realidade.

Desde o exercício de 2022, os bens imóveis vêm sendo objeto de ajustes, atualizações e reavaliações. As atualizações de valor decorreram da incorporação de montantes anteriormente registrados como benfeitorias, instalações ou obras em andamento, sem alteração de data de avaliação nem nível de rigor no SPIUNET, pois não se caracterizavam como reavaliações propriamente ditas. A partir de 2024 e 2025 foram feitas as primeiras reavaliações propriamente ditas, contudo foi identificada distorção na apuração do valor contábil líquido após as reavaliações, com efeito de superavaliação da depreciação acumulada de R\$ 669.854,41.

Portanto, considerando o inadequado reconhecimento da depreciação dos bens imóveis, declaramos que as Demonstrações Contábeis aqui apresentadas não estão em conformidade com as NBC TSP em relação a este item. A correção foi realizada no exercício subsequente.

8. Intangível - é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. No TRE-PI esse item do Ativo é composto pelos softwares e são mensurados pelo custo de aquisição, para aqueles adquiridos no mercado, e pelo custo de geração/produção, para aqueles gerados internamente. A Secretaria de Tecnologia de Informação é a unidade responsável pelo desenvolvimento e apuração dos valores incorridos no desenvolvimento dos programas gerados internamente e tem utilizado como base para cálculo dos valores o HST (Horas de Serviço Técnico) , Homem-Hora e Análise de Ponto por Função (APF).

No exercício houve um crescimento de 5,73% em relação ao anterior. O aumento ocorreu principalmente por conta do reconhecimento de ativos gerados internamente, que totalizaram R\$ 522.821,59. Não há amortização devido ao fato dos softwares do TRE-PI serem todos classificados como de vida útil indefinida. É importante frisar que anualmente é revisada a vida útil para avaliar a necessidade de atualização, bem como inclusão ou baixa dos bens.

Dando continuidade ao detalhamento da situação patrimonial, mas antes de começar as notas referentes ao passivo, é importante destacar que o TRE-PI figura em demanda judicial relacionada à cobrança de ISSQN pelo Município de Teresina, referente a serviços de limpeza, conservação e vigilância executados nas Zonas Eleitorais do interior do Estado do Piauí, no período entre 2009 e 2014.

Em 2024 o TRF-1 proferiu sentença determinando extinção da execução fiscal. Em 2025 o Município interpôs apelação, a qual permanece pendente de julgamento até a data de elaboração das demonstrações.

O valor atualizado da cobrança é de R\$ 1.776.852,68. Não se tem conhecimento de depósito judicial, garantia ou penhora vinculada ao processo até a data destas demonstrações.

Destaca-se que a Administração tomou ciência da execução após o encerramento do exercício. Embora o fato diga respeito a obrigação discutida judicialmente já existente na data-base das demonstrações, o risco da contingência foi classificado como de "perda possível". Dessa forma, não houve reconhecimento de provisão no passivo patrimonial, cabendo apenas sua divulgação nas presentes notas explicativas, nos termos da NBC TSP 03.

Considerando, contudo, a relevância da matéria, foi providenciado o registro do fato em contas de controles contábeis específicos, no exercício subsequente, com possibilidade de revisão dos procedimentos conforme haja mudança na classificação do risco ou novos eventos ou recursos judiciais.

9. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo - compreende as obrigações referentes a salários e benefícios aos quais os servidores, aposentados e pensionistas tenham direito. No exercício houve um aumento, em relação ao exercício anterior de 67%, principalmente devido ao reconhecimento de dívida referente à inclusão do abono de permanência na base de cálculo do terço constitucional de férias e gratificação natalina, que totalizou R\$ 1.092.767,45. A composição desse grupo está abaixo discriminada:

	2025	2024	AH%
OBRIG TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR NO CURTO PRAZO	1.440.757,39	865.047,46	67%
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	1.384.315,87	282.777,15	390%
FÉRIAS A PAGAR	-	562.484,07	-100%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	56.441,52	19.786,24	185%

10. Demais Obrigações a Curto Prazo - registra os valores que foram retidos a título de contribuição previdenciária, imposto de renda e demais obrigações, que por conta da nova rotina de recolhimento por DARF Numerado só são recolhidas no mês seguinte. Registra também os valores retidos de conta depósito vinculada, em observância ao Acórdão TCU nº 2717/2023, como contrapartida ao lançamento feito no ativo, conforme Nota Explicativa nº 1. Verifica-se que, em comparação com o exercício anterior, houve uma redução de 25,25%, conforme abaixo demonstrado:

	2025	2024	AH%
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES	5.495.625,63	7.352.144,16	-25,25%
CONSIGNAÇÕES	3.494.521,98	3.562.683,88	-1,91%
RETENCAO PREVIDENCIARIA - FRGPS	232.024,67	226.313,46	2,52%
IRRF DEVIDO AO TESOIRO NACIONAL	2.624.981,43	2.916.835,05	-10,01%
IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDOS AO TESOIRO	637.515,88	419.535,37	51,96%
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	2.001.103,65	3.789.460,28	-47,19%
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	1.997.106,85	3.787.600,67	-47,27%
DEPOSITOS DE TERCEIROS	2.470,78	0,00	100,00%
DEPOSITOS POR DEVOLUCAO DE VALORES	1.526,02	1.859,61	-17,94%

11. Demais reservas - em atendimento ao Acórdão TCU Nº 1424/2024 e NBC TSP 07 as atualizações decorrentes de reavaliações de bens não vão diretamente para o Resultado do Exercício, mas sim para Reserva de Reavaliação, conforme estabelecido pelo MCASP, com exceção dos valores das reavaliações negativas, que são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

A variação de R\$ 12.343.677,84 está detalhada no quadro abaixo:

VARIAÇÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO	12.343.677,84
236110100 - REAVALIACAO DE BENS IMÓVEIS	10.865.613,57
BATALHA	1.262.864,58
CAMPO MAIOR	1.902.712,30
LUIS CORREIA	1.025.757,05
OEIRAS	961.507,65
PAULISTANA	831.270,71
PICOS	2.298.232,30
PIRACURUCA	1.242.286,89
SÃO RAIMUNDO NONATO	1.340.982,09
236110300 - REAVALIACAO DE BENS MÓVEIS	1.478.064,27
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	1.478.064,27

12. Ajustes de Exercícios Anteriores - registra o saldo decorrente de efeitos de mudança de critério contábil ou retificação de erro imputável a exercícios anteriores.

O que mais contribuiu para o saldo negativo dessa conta foram os reconhecimentos de dívida, especialmente relacionados à despesa com pessoal. Destaca-se ainda que durante o exercício ocorreu a conciliação do valor da depreciação entre o Sistema de Controle Patrimonial - Asiwab com os valores constantes no SIAFI. Os débitos e créditos estão resumidos no quadro abaixo:

DÉBITOS		CRÉDITOS	
AJUSTE NA DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	689.177,54	AJUSTE NA DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	77.695,16
RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	1.793.573,39	INCORPORAÇÃO DE BENS	2.071,76
		OUTROS AJUSTES	13.104,87
TOTAL DOS DÉBITO	2.482.750,93	TOTAL DOS CRÉDITOS	92.871,79
SALDO	2.389.879,14		

13. Atos Potenciais Ativos - Aparece pela primeira vez em 2025 e é composta pelos valores das garantias contratuais que visam assegurar a plena execução contratual.

14. Atos Potenciais Passivos - Demonstra o valor das obrigações contratuais assumidas pelo TRE-PI e ainda não executadas até o encerramento do exercício, registradas em contas de controle para acompanhamento, sem constituírem passivo exigível na data-base.

Sua composição está demonstrada abaixo:

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	8.067,16
CONTRATOS DE SERVIÇOS EM EXECUÇÃO	104.562.403,85
CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUÇÃO	5.350.789,74
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUÇÃO	4.723.818,59
	114.645.079,34

15. Déficit Financeiro – corresponde à diferença negativa entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro apurados no quadro próprio (Lei 4.320/1964/MCASP). Em 31/12/2025, o déficit financeiro é explicado, principalmente, por obrigações financeiras de curto prazo superiores às disponibilidades existentes, sendo suportado pela dinâmica de financiamento da Justiça Eleitoral, em que o TRE-PI recebe limites financeiros/sub-repasses descentralizados pelo TSE no exercício seguinte para cobertura de obrigações regularmente constituídas. Portanto, corresponde ao valor dos recursos financeiros autorizados a receber do TSE, no exercício seguinte, para pagamento de Restos a Pagar.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		246.372.937,36	262.353.052,34
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.230,64	3.097,08
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.230,64	3.097,08
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		65.080,25	90.361,97
Juros e Encargos de Mora		65.080,25	90.361,97
Transferências e Delegações Recebidas		243.004.517,35	247.990.442,36
Transferências Intragovernamentais	1	241.572.016,06	247.932.170,24
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.432.501,29	58.272,12
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		767.505,11	11.597.694,22
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação	2	244.683,52	234.449,40
Ganhos com Incorporação de Ativos	3	522.821,59	11.362.115,11
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	1.129,71
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4	2.532.604,01	2.671.456,71
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.532.604,01	2.671.456,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5	244.884.075,68	247.998.554,22
Pessoal e Encargos		158.833.121,87	156.523.752,02
Remuneração a Pessoal		125.496.276,22	125.495.769,42

Encargos Patronais		21.939.813,59	21.527.380,20
Benefícios a Pessoal		11.310.212,06	9.488.302,40
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		86.820,00	12.300,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		40.491.782,29	36.344.892,16
Aposentadorias e Reformas		24.507.610,07	21.358.325,82
Pensões		6.486.114,52	6.105.561,62
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		9.498.057,70	8.881.004,72
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6	41.094.070,72	49.101.667,21
Uso de Material de Consumo		1.834.865,47	2.176.533,62
Serviços		30.841.557,54	40.551.569,77
Depreciação, Amortização e Exaustão		8.417.647,71	6.373.563,82
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		123.385,14	1.740,66
Juros e Encargos de Mora		122.155,14	1.740,66
Descontos Financeiros Concedidos		1.230,00	-
Transferências e Delegações Concedidas		2.576.993,86	2.726.549,43
Transferências Intragovernamentais	7	2.505.733,13	2.673.723,98
Outras Transferências e Delegações Concedidas		71.260,73	52.825,45
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8	1.296.535,99	2.697.527,81
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	1.938.341,61
Perdas Involuntárias		79,60	1.046,57
Incorporação de Passivos		-	22.115,86
Desincorporação de Ativos		1.296.456,39	736.023,77
Tributárias		24.309,07	26.274,48
Contribuições		24.309,07	26.274,48
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		443.876,74	576.150,45
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		443.876,74	576.150,45
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.488.861,68	14.354.498,12

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
		2025	2024
		-	-

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O valor apurado passa a compor o Balanço Patrimonial do exercício. A apuração decorre do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), cujo resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício e passa a compor o Patrimônio Líquido, no grupo Resultados Acumulados. No demonstrativo em exame, são evidenciadas as variações patrimoniais quantitativas ocorridas no exercício.

1. Transferências Intragovernamentais recebidas - Em 2025, totalizaram R\$ 241.572.016,06, ante R\$ 247.932.170,24 em 2024, o que representa redução de 2,57%. Considerando que o TRE-PI não possui arrecadação de receitas orçamentárias próprias em montante suficiente para o financiamento de suas atividades, as transferências intragovernamentais constituem a principal fonte de custeio das despesas correntes, investimentos e demais obrigações institucionais da Justiça Eleitoral no Piauí.

2. Ganhos com Alienação - Em 2025, foi reconhecido ganho de R\$ 244.683,52, decorrente do desfazimento de veículos e de grupo gerador. Não foi reconhecido, até a data de encerramento do exercício, o ganho correspondente a um veículo cuja transferência patrimonial ainda não havia sido concluída, no valor de R\$ 26.290,16, motivo pelo qual o respectivo efeito foi registrado apenas no exercício seguinte.

3. Ganho com Incorporação de Ativos - Em 2025, totalizaram R\$ 522.821,59 e decorrem do reconhecimento de ativos intangíveis relativos a softwares gerados internamente pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-PI, observados os critérios aplicáveis ao reconhecimento e à mensuração de ativos intangíveis. Em 2024, houve o recebimento, em transferência feita pelo TSE, de urnas eletrônicas que totalizaram R\$ 11.362.115,11, motivo pelo qual verifica-se redução variação expressiva nessa rubrica, em razão do menor volume de reconhecimentos dessa natureza no exercício.

4. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Agrega eventos patrimoniais de natureza residual, classificados em Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, que não se enquadram nos grupos anteriores, conforme a classificação adotada no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. São decorrentes de transferências financeiras independentes da execução orçamentária, principalmente originárias de arrecadação de Multas Eleitorais e de legislação conexa, e devoluções ao Tesouro de valores referentes a exercícios anteriores e alienação de bens através do leilão mencionado acima.

5. As VPD de 2025 concentram-se, principalmente, em Pessoal e Encargos, Benefícios Previdenciários e Assistenciais e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, rubricas que, em conjunto, representam a parcela substancial das variações patrimoniais diminutivas do exercício. Vide a evolução dos grupos mais relevantes no quadro abaixo:

VPDs	2025	2024	AH%
Pessoal e Encargos	158.833.121,87	156.523.752,02	1,48%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	40.491.782,29	36.344.892,16	11,41%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.094.070,72	49.101.667,21	-16,31%

6. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Em 2025 verifica-se uma diminuição de 16,31%, em comparação com o exercício anterior, que foi ano eleitoral.

7. Transferências e Delegações Concedidas - transferências intragovernamentais - representa as variações diversas, decorrentes de transferências financeiras independentes da execução orçamentária, principalmente decorrentes de arrecadação de Multas Eleitorais e de legislação conexa, e devoluções ao Tesouro de valores referentes a exercícios anteriores.

8. Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos - Em 2025, essa rubrica totalizou R\$ 1.296.535,99, sendo composta substancialmente por desincorporação de ativos. Desse montante, R\$ 564.343,56 referem-se à baixa de valor anteriormente registrado na conta Instalações, após reavaliação do imóvel onde funciona o Cartório Eleitoral de Picos; R\$ 523.269,60 correspondem à baixa de saldo após a regularização do imóvel onde funciona o Cartório Eleitoral de São João no SPUNET; e R\$ 208.843,23 referem-se ao ajuste efetuado na conta de adiantamento de 13º salário no encerramento do exercício. A rubrica contém, ainda, o valor de R\$ 79,60 referente a perdas involuntárias.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS		-	-	-	-
DÉFICIT	1			239.765.779,96	239.765.779,96
TOTAL		-	-	239.765.779,96	239.765.779,96
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	18.370.420,00	-	-18.370.420,00
Créditos Cancelados		-	18.370.420,00	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		216.657.930,00	233.858.350,00	234.697.754,76	229.509.480,36	225.997.314,31	-839.404,76
Pessoal e Encargos Sociais		169.494.157,00	181.882.437,00	179.858.743,87	178.533.432,60	175.836.954,67	2.023.693,13
Outras Despesas Correntes		47.163.773,00	51.975.913,00	54.839.010,89	50.976.047,76	50.160.359,64	-2.863.097,89
DESPESAS DE CAPITAL		2.919.065,00	4.089.065,00	5.068.025,20	2.524.385,85	2.489.674,11	-978.960,20
Investimentos		2.919.065,00	4.089.065,00	5.068.025,20	2.524.385,85	2.489.674,11	-978.960,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2	219.576.995,00	237.947.415,00	239.765.779,96	232.033.866,21	228.486.988,42	-1.818.364,96
TOTAL	3	219.576.995,00	237.947.415,00	239.765.779,96	232.033.866,21	228.486.988,42	-1.818.364,96

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		416.620,87	6.529.917,00	5.209.229,59	5.206.301,84	1.130.540,43	609.695,60
Pessoal e Encargos Sociais		1.125,29	2.548.708,62	2.379.617,90	2.379.617,90	73.355,49	96.860,52
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		415.495,58	3.981.208,38	2.829.611,69	2.826.683,94	1.057.184,94	512.835,08
DESPESAS DE CAPITAL		-	282.527,54	186.323,79	186.323,79	73.703,75	22.500,00
Investimentos		-	282.527,54	186.323,79	186.323,79	73.703,75	22.500,00
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	4	416.620,87	6.812.444,54	5.395.553,38	5.392.625,63	1.204.244,18	632.195,60

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	3.513.558,92	3.512.400,96	-	1.157,96
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.938.343,59	2.938.343,59	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	575.215,33	574.057,37	-	1.157,96
DESPESAS DE CAPITAL	-	67.672,80	67.672,80	-	-
Investimentos	-	67.672,80	67.672,80	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	3.581.231,72	3.580.073,76	-	1.157,96

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com as realizadas, conforme art. 102, da Lei 4.320/64.

O regime orçamentário adotado é o previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, segundo o qual pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

1. Déficit Total - O Balanço Orçamentário do TRE-PI evidencia resultado orçamentário deficitário no montante de R\$ 239.765.779,96, que corresponde ao total das despesas empenhadas no exercício.

Esse resultado deve ser interpretado considerando a natureza institucional do Tribunal e as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, não representando desequilíbrio fiscal, insuficiência de recursos financeiros ou falha de planejamento orçamentário. Órgãos integrantes do Orçamento Fiscal da União que não possuem competência constitucional ou legal para arrecadação de receitas próprias, como ocorre com o TRE-PI, o financiamento das atividades institucionais é realizado por meio de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, custeadas com recursos do Tesouro Nacional e descentralizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Nesse contexto, o resultado orçamentário negativo apresentado possui natureza essencialmente contábil, decorrente da estrutura do demonstrativo, que evidencia despesas executadas sem a correspondente arrecadação de receitas.

2. A Dotação Atualizada alcançou R\$ 237.947.415,00, representando acréscimo de 8,37% em relação à Dotação Inicial, no valor de R\$ 219.576.995,00.

A variação decorreu da abertura de créditos adicionais no exercício. Conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, os créditos adicionais abertos totalizaram R\$ 18.370.420,00.

Já as despesas empenhas totalizaram R\$ 239.765.779,96 apresentando uma leve variação negativa em relação ao exercício anterior. Segue abaixo comparativo do exercício atual com o anterior:

DESPESA	2025	2024	AH%
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS	
Pessoal e Encargos Sociais	179.858.743,87	181.087.956,19	-1%
Outras Despesas Correntes	54.839.010,89	57.343.982,54	-4%
Investimentos	5.068.025,20	2.549.168,57	99%
TOTAL	239.765.779,96	240.981.107,30	-1%

3. O Saldo de Dotação (Dotação Atualizada - Despesa Empenhada) foi de R\$ -1.818.364,96. Esse resultado deve ser analisado em conjunto com as provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral no montante de R\$ 6.437.216,99, destinadas a ações relacionadas às eleições, biometria e à gestão da política de segurança da informação. Tais descentralizações internas de crédito não compõem a coluna Dotação Atualizada do Balanço Orçamentário, razão pela qual a interpretação do saldo negativo da dotação deve ser feita de forma conjugada com as demais informações da execução orçamentária do exercício.

O detalhamento da execução orçamentária e financeira do exercício encontra-se divulgado no [Anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009](#), disponibilizado no Portal da Transparência do TRE-PI.

4. Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Nesse quadro são evidenciados os Restos a Pagar Não Processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução.

O estoque desses restos a pagar totalizava R\$ 7.229.065,41. No decorrer do exercício, foram pagos e cancelados R\$ 6.596.869,81, restando saldo de R\$ 632.195,60 ao final do exercício, equivalente a 8,75% do estoque inicial.

Verifica-se, assim, redução de 91,25% no estoque de Restos a Pagar Não Processados ao longo do exercício.

Os Restos a Pagar Processados e os Não Processados Liquidados são demonstrados separadamente no Anexo 2, cujo saldo final foi de R\$ 1.157,96.

BALANÇO FINANCEIRO

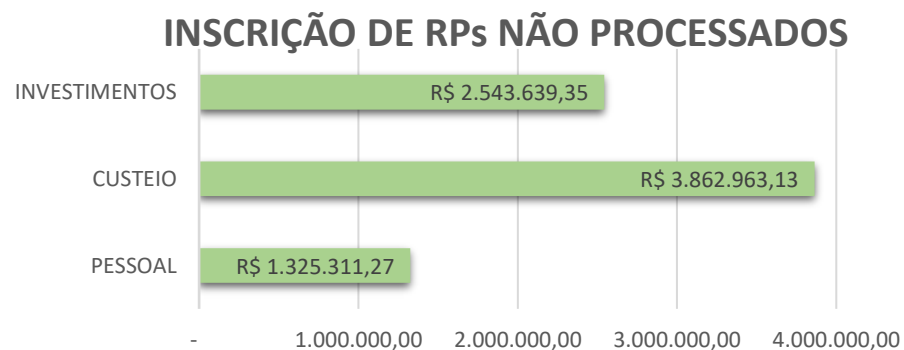
INGRESSO				DISPÊNDIO		
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias	239.765.779,96	240.981.107,30
Recursos Não Vinculados		-	-	Recursos Não Vinculados	207.009.771,96	212.979.624,67
Recursos Vinculados		-	-	Recursos Vinculados	32.756.008,00	28.001.482,63
Previdência Social (RPPS)		-	-	Previdência Social (RPPS)	27.289.002,00	24.848.638,63
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Fundos, Órgãos e Programas	5.467.006,00	3.152.844,00
Transferências Financeiras Recebidas		241.572.016,06	247.932.170,24	Transferências Financeiras Concedidas	2.601.640,74	2.765.485,34
Resultantes da Execução Orçamentária		235.839.442,32	232.592.167,85	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	1	235.839.442,32	232.592.167,85	Independentes da Execução Orçamentária	2.601.640,74	2.765.485,34
Independentes da Execução Orçamentária		5.732.573,74	15.340.002,39	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.601.640,74	2.765.485,34
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		5.730.617,90	15.339.017,95	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.955,84	984,44	Aporte ao RGPS	-	-

Aporte ao RPPS		-	-			
Aporte ao RGPS		-	-			
Recebimentos Extraorçamentários		15.956.788,71	17.085.212,00	Pagamentos Extraorçamentários	12.744.675,25	17.371.365,11
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2	3.546.877,79	3.517.553,40	Pagamento de Restos a Pagar Processados	3.580.073,76	2.395.779,93
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2	7.731.913,75	6.812.444,54	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	5.392.625,63	14.866.191,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.982.404,66	3.899.694,90	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.771.975,86	109.393,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3	2.695.592,51	2.855.519,16	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade		2.599.684,90	2.764.915,76			
Demais Recebimentos		95.907,61	90.603,40			
Saldo do Exercício Anterior		6.996.729,52	3.097.305,03	Saldo para o Exercício Seguinte	9.413.438,34	6.996.729,52
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.996.729,52	3.097.305,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.413.438,34	6.996.729,52
TOTAL		264.525.534,29	268.114.687,27	TOTAL	264.525.534,29	268.114.687,27

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

1. O TRE-PI recebe os recursos financeiros através de sub-repasse. Tais valores são utilizados para custear os gastos com Pessoal e Encargos Previdenciários, além da Manutenção Geral e Investimentos. Ocorreu uma leve variação positiva (1,4%) em relação ao exercício anterior.

2. A inscrição de Restos a Pagar ficou praticamente estável em relação ao exercício anterior. Quanto à Inscrição dos RP Não Processados, ocorreu uma elevação de 13,50% em comparação ao período anterior. O total inscrito está discriminado por categorias no quadro abaixo:



No Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal exigido pela LRF - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, publicado no [Portal da Transparência do TRE-PI](#), pode-se visualizar também os Restos a Pagar inscritos no exercício.

3. Outros Recebimentos Extraorçamentários - evidencia os valores recebidos principalmente em decorrência de recolhimento de multas eleitorais, cujos valores são repassados ao TSE, e outros valores devolvidos ao Tesouro Nacional.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

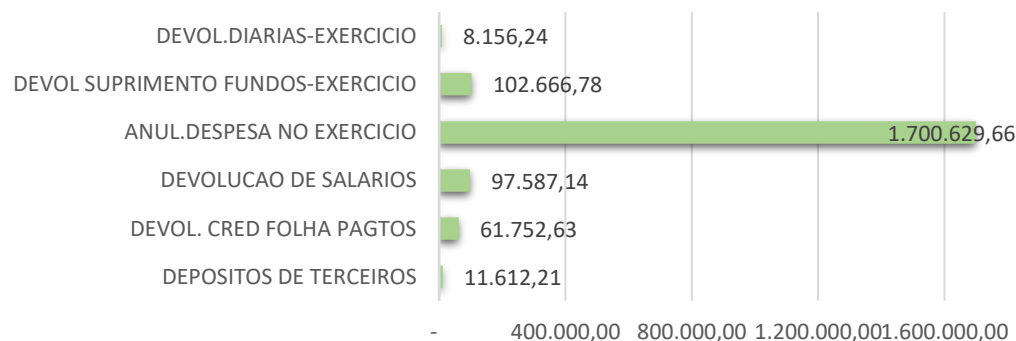
		2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	5.160.379,52	12.243.501,75
INGRESSOS OPERACIONAIS	1	246.250.013,23	254.687.384,30
Outros Ingressos Operacionais		246.250.013,23	254.687.384,30
Ingressos Extraorçamentários	2	1.982.404,66	3.899.694,90
Transferências Financeiras Recebidas		241.572.016,06	247.932.170,24
Arrecadação de Outra Unidade	3	2.599.684,90	2.764.915,76
Demais Recebimentos		95.907,61	90.603,40
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	4	-241.089.633,71	-242.443.882,55
Pessoal e Demais Despesas		-213.465.035,01	-218.953.130,16
Judiciário		-182.537.222,29	-191.302.913,98
Previdência Social		-30.379.483,35	-27.452.755,94
Encargos Especiais	5	-548.329,37	-197.460,24
Transferências Concedidas		-21.250.982,10	-20.615.873,17
Intragovernamentais Concedidas		-21.250.982,10	-20.615.873,17
Outros Desembolsos Operacionais		-6.373.616,60	-2.874.879,22
Dispêndios Extraorçamentários		-3.771.975,86	-109.393,88
Transferências Financeiras Concedidas		-2.601.640,74	-2.765.485,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-2.743.670,70	-8.344.077,26
INGRESSOS DE INVESTIMENTO		-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO		-2.743.670,70	-8.344.077,26
Aquisição de Ativo Não Circulante		-2.736.299,68	-7.598.627,26
Outros Desembolsos de Investimentos		-7.371,02	-745.450,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6	2.416.708,82	3.899.424,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		6.996.729,52	3.097.305,03
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7	9.413.438,34	6.996.729,52

A DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

1. Ingressos - Em 2025, os ingressos operacionais totalizaram R\$ 246.250.013,23, representando redução de 3,31% em relação a 2024, quando somaram R\$ 254.687.384,30. A principal fonte de entrada de caixa permaneceu sendo Transferências Financeiras Recebidas, no montante de R\$ 241.572.016,06, evidenciando a dependência do órgão de recursos financeiros descentralizados para o custeio de suas atividades institucionais.

2. Ingressos Extraorçamentários - No exercício totalizaram R\$ 1.982.404,66 e são compostos pelos valores detalhados no quadro abaixo, dos quais destacamos na linha Anulação de Despesa no Exercício, R\$ 1.429.535,03 oriundos de acerto de fontes e R\$ 142.731,57 referentes à devolução de valor resgatado de conta-vinculada que não pode ser transferido diretamente da Caixa Econômica para a conta da empresa:

CÓDIGOS DE RECOLHIMENTO



3. Arrecadação de Outra Unidade - Em 2025 totalizou R\$ 2.599.684,90, sendo composta de valores destinados a outras Unidades e apenas arrecadados na UG do TRE-PI, conforme detalhada no quadro abaixo:

CÓDIGOS DE GRU	R\$
DESCONTO EM FOLHA - EMPRÉSTIMOS	3.230,64
FUNDO PARTIDÁRIO - TSE	860.491,43
STN - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO	38.404,44
TSE/TRE - DEVOLUÇÃO RECEITA FUNDO PARTIDÁRIO - APLICAÇÃO IRREGULAR	450.856,37
STN - OUTRAS RESTITUIÇÕES	9.158,28
STN - OUTRAS RESTITUIÇÕES (DEDUÇÕES FOLHA)	61.955,89
TSE/TRE - PRESTAÇÃO DE CONTAS PART POLÍTICA FONTE VEDADA	161.045,61
TSE/TRE - PRESTAÇÃO DE CONTAS CAMPANHA FONTE VEDADA	151,98
TSE/TRE - PRESTAÇÃO CONTAS CAMPANHA - REC. ORIG. N. IDENT (RONI)	3.481,56
TSE/TRE - PRESTAÇÃO CONTAS PART. POLIC REC ORIG.	1.042,66
STN - OUTRAS RECEITAS	1.009.866,04
	2.599.684,90

4. Desembolsos Operacionais - Os desembolsos operacionais alcançaram R\$ 241.089.633,71 em 2025, contra R\$ 242.443.882,55 em 2024, registrando redução de 0,56%. Destaca-se, no período, a diminuição dos desembolsos com Pessoal e Demais Despesas, parcialmente compensada pelo aumento em Outros Desembolsos Operacionais, especialmente nos dispêndios extraorçamentários.

5. Encargos Especiais - Em 2025, é composto pelos valores pagos a título de Benefícios Especiais a servidores no valor de R\$ 542.647,51 e Honorários Advocatícios - ônus de sucumbência, no valor de R\$ 5.681,86.

6. Fluxo líquido das atividades e geração líquida de caixa – O fluxo líquido de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 5.160.379,52. Nas atividades de investimento, houve saída líquida de R\$ 2.743.670,70, concentrada, substancialmente, em aquisições de ativo não circulante. Com isso, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa em 2025 foi positiva em R\$ 2.416.708,82.

7. Caixa e Equivalente de Caixa Final - O saldo final de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 9.413.438,34, ante R\$ 6.996.729,52 no exercício anterior, representando acréscimo de 34,54%. Esse saldo deve ser analisado em conjunto com a nota explicativa nº 1 do Balanço Patrimonial relativa ao grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, com a qual mantém correspondência. Ressalta-se que as informações constantes no [Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do RGF – Anexo 5](#) possuem finalidade fiscal e caráter complementar, não se confundindo com a composição contábil do saldo final evidenciado na DFC.